

Aliados trabalham de olho na sucessão

Apoio ao presidente vai até onde começam os interesses dos partidos, que não querem perder poder

MARIA INÊS NASSIF

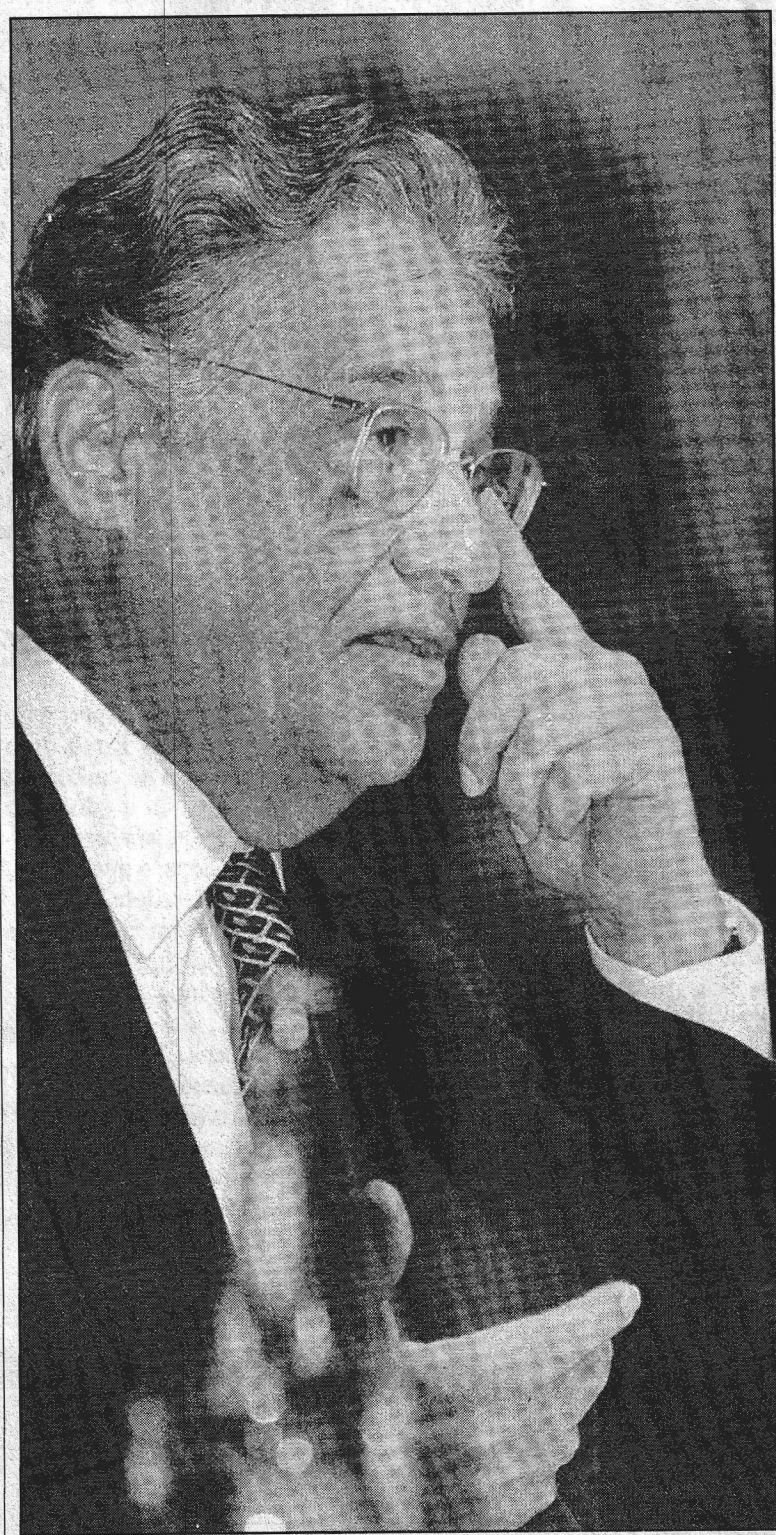
Os mesmos partidos que deram ao presidente Fernando Henrique Cardoso uma das vitórias mais espetaculares de seu governo, a aprovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) com pouquíssimas dissidências, serão os protagonistas, nesta semana, de uma cerrada disputa pela definição da agenda política dos próximos meses. Essa aparente contradição, no entanto, será a marca de um mandato que começou em janeiro sob o signo de uma crise financeira de graves proporções.

O fato é que o Fernando Henrique do primeiro mandato poucas vezes teve um apoio tão efetivo quanto o oferecido para a aprovação da CPMF. Mas nunca esteve tão distante das legendas amigas. Desde o início da pior crise monetária de seu governo, o presidente passou a ter partidos aliados de curto prazo, mas com um claro interesse de afirmação de independência do governo a médio prazo. A crise de janeiro colocou a sucessão presidencial de 2002 na ordem do dia.

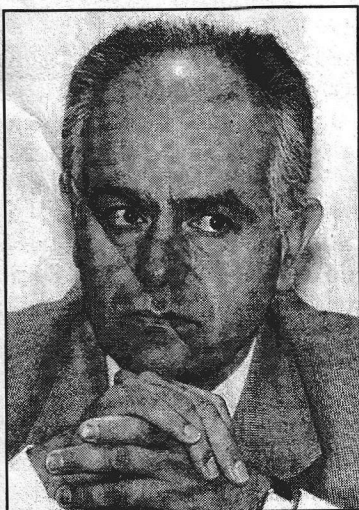
“Estamos trabalhando para deixar de ser um ônibus e ser uma alternativa de poder”, afirma o ministro do PMDB Eliseu Padilha. As declarações veementes contra a reforma política, feitas pelo presidente do partido, Jader Barbalho (PA), no decorrer da semana, seguem essa lógica, segundo um dirigente peemedebista. “A reforma tributária é mais popular; precisamos fixar no público a imagem de que estamos atentos aos seus interesses.”

Poder sem desgaste – “Damos o apoio que o presidente precisa agora, mas nos mantemos distantes do governo o suficiente para não assimilar o desgaste da crise”, explica de seu lado um dirigente pefelista. O PFL, nesse segundo mandato de Fernando Henrique, tem papéis distintos no governo. Atua milagrosamente integrado ao governo e à agremiação o vice-presidente Marco Maciel. O presidente do partido, Jorge Bornhausen (SC), trabalha com Maciel na formulação de estratégias de governo, mas é hoje, sobretudo, o grande estrategista do partido. Por fora, orbita o presidente do Congresso, o senador Antonio Carlos Magalhães – ou em articulação estreita com o governo, em especial a área econômica, ou em faixa própria.

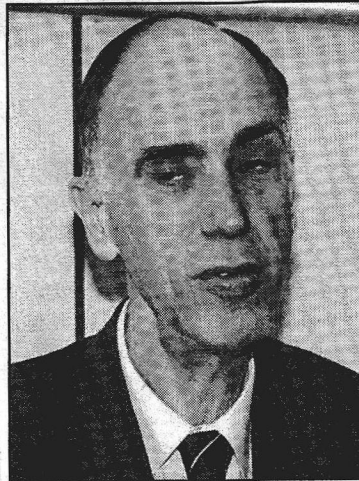
O PTB também já deu os si-



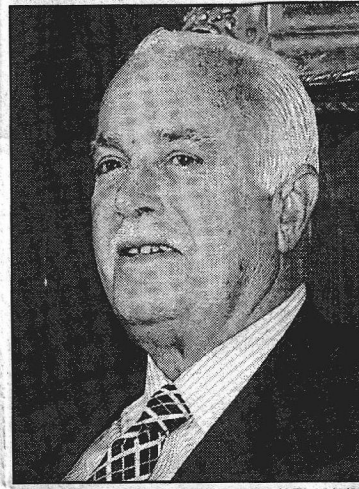
Fábio Motta/AE-29/6/98



Ed Ferreira/AE-25/2/99



Roberto Castro/AE-3/12/97



Ed Ferreira/AE-13/1/98

Quem tem força no segundo mandato

O ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga (no alto), ganhou por mérito o lugar de principal articulador político de Fernando Henrique Cardoso. A costura da reunião dos

governadores com o presidente foi considerada um gol de placa. O discreto vice-presidente, Marco Maciel (centro), formula e atua no seu partido, o PFL. E o senador Antonio Carlos Maga-

lhães usa o seu poder de fogo como presidente do Senado para, ao mesmo tempo, servir e constranger o governo. Os dois últimos são o primeiro e o segundo, na ordem de sucessão.

nais de que busca mais independência – e até o PSDB tenta firmar um perfil ideológico diferenciado de seus parceiros de momento. “O PSDB tem de firmar um projeto social-democrata”, sustenta o secretário-geral do partido, Arthur Virgílio (AM).

Nos cálculos de Padilha, a base de sustentação do governo consegue ainda sobreviver, como é nesse início de mandato, até o ano 2000. A partir daí, apuradas as urnas das eleições municipais, não há mais como segurar o processo sucessório – e o

condomínio de legendas será desfeito, a não ser que Fernando Henrique se comporte como um perfeito juiz. “Se o presidente pedir o meu conselho, é esse que eu darei”, afirma o ministro.

Fio da navalha – Manter a base parlamentar no segundo mandato, mais do que no primeiro, será uma arte de equilíbrio de Fernando Henrique. E é essa a sua opção. Segundo os dirigentes tucanos, não existe intenção do presidente de livrar-se de uma banda da base aliada. Ele emitiu recados ao seu partido, que estava visivelmente incomodado com o apetite demonstrado pelo PMDB para cooptar mais deputados. O presidente quer uma maioria teórica esmagadora no Congresso, mesmo correndo o risco de, daqui para a frente – pelo próprio afastamento dos interesses dos partidos e do governo – negociar caso a caso.

“Não existe intenção nenhuma de deixar fora aliados: o presidente tem uma boa relação com Padilha e Renan (Calheiros, ministro da Justiça) e reconhece que Geddel (Vieira de Lima, líder na Câmara) é útil”, relata um líder tucano. “O presidente está livre da necessidade de quórum de três quintos para aprovar emenda constitucional, mas não está pagando para ter adversários.”

Para manter o guarda-chuva de Fernando Henrique cheio de aliados, os ministros Pimenta da Veiga (PSDB), das Comunicações, e Eliseu Padilha, promoveram nas últimas três semanas “reuniões de pacificação” dos dois partidos. Elas têm ocorrido no prédio que abriga os dois ministérios – o tucano e o peemedebista, duas figuras fundamentais na estrutura de poder do segundo mandato do presidente, estão sepa-

rados por apenas dois andares.

A diferença entre o primeiro e o segundo governo de Fernando Henrique é que, embora o guarda-chuva continue grande, os partidos têm uma relação mais funcional com o poder – uma ligação de interesse imediato e não-definitivo. E o presidente acentuou uma tendência ao isolamento iniciada com a morte de dois de seus principais articuladores, o tucano Sérgio Motta e o pefelista Luís Eduardo Magalhães. Hoje o governo conta com um reduzido número de formuladores de estratégias e poucos articuladores.

Longo prazo – Os operadores entram em cena nos momentos determinantes, mas têm um vínculo maior com os seus partidos ou grupos de interesses do que com o próprio Palácio do Planalto. O organograma do poder do segundo mandato comporta muitos políticos condôminos – aqueles que cuidam dos interesses de seu partido

ou grupo dentro do governo, e retribuem com votos em plenário – e poucos que se dispõem a pensar um projeto de longo prazo na mesma companhia.

Luís Eduardo, mais do que Sérgio Motta, foi incluído na cota dos insubstituíveis por um assessor do Planalto. Tinha mobilidade no Congresso, fácil acesso ao presidente, entrada nos ministérios e, em função disso, uma grande capacidade de articulação. Além disso, conseguia um certo controle sobre o voluntarismo do pai, o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães. Luís Eduardo virou um ícone dessa grande aliança que sustenta hoje o governo, mas sem grandes convicções. O poster do antigo líder pode ser visto nas paredes de gabinetes pefelistas, tucanos e do Palácio, indistintamente.

TENTATIVA DE
FICAR LONGE
DO DESGASTE
DA CRISE